

MS CLÍNICA

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
FUNDAÇÃO DO ABC – PROCESSO HGC0135/25**

MS CLÍNICA MÉDICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 54.200.605/0001-55, sediada à Rua Oscar Freire, nº 2156, bairro Pinheiros, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.409-011, neste ato representada na forma do seu contrato social, e **MAURO SANCOVSKI**, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF/MF sob o nº 940.661.998-49, portador da cédula de identidade RG nº 5.411.130, residente e domiciliado à Rua Oscar Freire, nº 2156, bairro Pinheiros, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.409-011, vem apresentar

**RECURSO ADMINISTRATIVO
NULIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO A PARTIR DA ABERTURA DOS
ENVELOPES DO MEMORIAL DESCRITIVO DE COLETA DE PREÇOS PROCESSO
HGC0135/25
Pedido de efeito suspensivo**

nos termos que seguem.

1. DA LEGITIMIDADE E DO INTERESSE

A Recorrente apresentou proposta nos termos do edital do Processo HGC0135/25, instruindo adequadamente os Envelopes 1 (proposta comercial e documentação técnica) e 2 (documentação de habilitação), conforme exigido.



MS CLÍNICA

No entanto, **somente tomou conhecimento do resultado do julgamento** por meio da publicação realizada no site oficial da Fundação do ABC, em **25/04/2025**.

Ao obter cópia do processo administrativo licitatório, foi surpreendida por diversas irregularidades que comprometem a legalidade do certame e justificam plenamente a sua impugnação.

Primeiramente, (a) **a Recorrente não foi intimada ou formalmente cientificada da data da sessão pública de abertura dos envelopes**, o que **impossibilitou o acompanhamento presencial do ato**, em flagrante ofensa aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da publicidade. **A data da sessão sequer foi prevista no edital**, reforçando o caráter opaco do procedimento.

Mais grave ainda, (b) ao obter acesso ao processo administrativo após a publicação do resultado, **a Recorrente constatou, com perplexidade, que os documentos técnicos que compunham o Envelope 1 por ela submetidos não constavam nos autos**, como se **jamais tivessem sido apresentados**. A ausência desses documentos foi a **fundamentação para a atribuição de nota zero na fase técnica**, com alegação de que não foram entregues — o que **não condiz com a realidade**.

Por fim, (c) buscando verificar a regularidade da sessão de abertura dos envelopes, **a Recorrente verificou na cópia do processo administrativo do certame que não há registro da ata da sessão de abertura, tampouco qualquer gravação de áudio ou vídeo conforme exigido pelo art. 17, §§ 2º e 5º da Lei de Licitações**.

A ausência de **registro formal e audiovisual da sessão** inviabiliza qualquer possibilidade de fiscalização e de reconstrução fática, sendo incompatível com a exigência de transparência inerente aos atos administrativos, especialmente em sede de licitação.

Nos termos do item 11 do próprio edital, estão legitimados a apresentar recurso os representantes legais da empresa ou procuradores com poderes específicos. A Recorrente, por meio de representante devidamente habilitado, preenche integralmente esse requisito.

Diante de tais circunstâncias, resta demonstrado não apenas o interesse jurídico, mas também o direito subjetivo da Recorrente de apresentar o presente recurso, visando assegurar a observância dos princípios da isonomia, publicidade, segurança jurídica e legalidade que norteiam o regime jurídico das contratações públicas.

2. DA NULIDADE ABSOLUTA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO EM RAZÃO DE GRAVES VIOLAÇÕES AOS PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE, LEGALIDADE, AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO

O presente procedimento licitatório foi conduzido com flagrante desrespeito a garantias fundamentais que regem as contratações públicas, comprometendo a sua validade desde o ato de abertura dos envelopes.

A ausência de publicidade adequada, de intimação dos licitantes e de registro formal das sessões torna nulo todo o certame, por vício insanável.

A **Fundação do ABC está vinculada à observância da Lei Federal nº 14.133/2021**, conforme disposto no item 4.9 do próprio edital, que menciona expressamente que o contrato observará *"os termos do Regulamento de Compras da Fundação do ABC e, subsidiariamente, a Lei 14.133/21"*.

A obrigatoriedade é igualmente reiterada no art. 55 do Regulamento Interno de Compras da Fundação, que determina que as contratações destinadas à atividade-fim – como é o caso da presente seleção de serviços médicos especializados – devem respeitar os parâmetros legais previstos na Lei de Licitações.

Portanto, a legalidade do certame deve ser aferida não apenas à luz do regulamento interno da Fundação, mas também de acordo com os ditames da Lei nº 14.133/2021, cujos princípios e comandos vinculam a atuação da entidade.

A seguir, detalham-se os vícios que, de forma cumulativa, comprometem a higidez e impõem a anulação integral de todos os atos praticados nesta licitação.

3. DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO DA DATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES NO EDITAL – VIOLAÇÃO À PUBLICIDADE, À SEGURANÇA JURÍDICA E AO CONTRADITÓRIO

O edital do certame não indicou a data da sessão de abertura dos envelopes, em clara afronta aos princípios da publicidade, da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório, todos pilares estruturantes do regime jurídico das licitações.

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, é indispensável que o edital de licitação contenha, de forma clara, todas as informações necessárias à efetiva participação e fiscalização pelos licitantes, **inclusive quanto ao local, data e horário da sessão pública de abertura de envelopes, quando adotada a modalidade presencial.**

Ainda que a Lei não traga dispositivo literal exigindo a menção expressa a essa data em artigo isolado, **tal exigência decorre diretamente dos princípios da publicidade, transparência e segurança jurídica** (art. 5º, I e art. 10, II), bem como do **direito dos licitantes de acompanhar os atos do procedimento licitatório** (art. 13).

No caso concreto, verifica-se que o edital apenas menciona que os envelopes deveriam ser entregues até determinada data (11.04.2025), sem qualquer menção à data, ao horário ou ao local da sessão de abertura. O único item do edital que trata do tema é vago nesse sentido:

"4.1.3. O Setor de Compras, procederá à abertura dos ENVELOPES 1 – PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA apresentados e após julgamento da melhor oferta, será aberto o ENVELOPE 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO. Somente a empresa melhor classificada terá sua documentação submetida à avaliação. O Envelope nº 2 (Documentação de Habilitação) deverá conter:"

Não há, sequer, referência posterior à convocação dos licitantes para acompanhar esse ato. Essa omissão impede a verificação da regularidade do procedimento e afasta o controle legítimo por parte dos participantes.

f.

Essa omissão, por si só, já vicia gravemente o procedimento, conforme reiterado entendimento da jurisprudência do **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP)**.

No **Acórdão TC-004371.989.23-4**, o Tribunal consignou expressamente que a **"ausência de fixação de datas para a apresentação e abertura dos envelopes"** compromete a validade do certame, sendo causa de **nulidade do procedimento licitatório**. No caso analisado, essa falha foi acolhida de forma unânime pelos órgãos técnicos da Corte, como vício formal relevante que prejudica a transparência e a segurança da disputa.

Diante do exposto, é inequívoco que a omissão da data da sessão de abertura dos envelopes compromete a lisura e a transparência do certame, **violando frontalmente o regime jurídico das licitações públicas**. Além de impedir o exercício pleno do contraditório e da fiscalização pelos licitantes, o vício inviabiliza qualquer controle posterior sobre a regularidade do ato, abrindo margem para arbitrariedades e insegurança jurídica.

4. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DOS LICITANTES PARA A SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

Ainda que se admitisse a omissão da data da sessão de abertura dos envelopes no edital como um vício sanável, sua convalidação dependeria, obrigatoriamente, da **intimação formal de todos os licitantes de data fixada para a abertura dos envelopes**, assegurando-se o direito de **ciência prévia e participação** na sessão pública. No entanto, isso **não ocorreu no presente caso**.

A Recorrente **não foi intimada da data da sessão**, nem por meio físico, eletrônico ou qualquer outro instrumento válido, tampouco há nos autos do procedimento qualquer comprovação de que os demais licitantes tenham sido convocados. Essa falha, portanto, **mantém e agrava o vício anterior**, impossibilitando a convalidação do ato e comprometendo **toda a higidez do procedimento licitatório**.

f.

MS CLÍNICA

Nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, aos litigantes e aos administrados em geral é assegurado o contraditório e a ampla defesa nos processos administrativos. Essa garantia exige que **os interessados possam acompanhar os atos do procedimento**, especialmente aqueles que impactam diretamente seus direitos, como a sessão de abertura de envelopes.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, determina que a aplicação da nova Lei de Licitações deve observar, entre outros, os princípios da **publicidade, da transparência, da moralidade, da legalidade, do julgamento objetivo e da vinculação ao edital**. Esses princípios impõem à Administração Pública o dever de assegurar que os atos do procedimento licitatório sejam acessíveis, verificáveis e sujeitos ao controle dos interessados.

Além disso, o art. 13 da mesma Lei determina expressamente que: "*Os atos praticados no processo de licitação serão públicos...*"

Não basta realizar a sessão: é necessário garantir que **todos os licitantes tenham efetiva ciência de sua realização**, sob pena de nulidade.

Embora sobre o viés da Lei 8.666/93, cumpre mencionar que as jurisprudências dos Tribunais de Justiça e do Tribunal de Contas da União sempre foram unânimes ao destacar:

REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - INABILITAÇÃO - AVERBAÇÃO DE ADVOGADOS ASSOCIADOS NO QUADRO SOCIETÁRIO DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PESSOAIS DE ADVOGADOS ASSOCIADOS - REQUISITOS NÃO PREVISTOS NO EDITAL - ABERTURA DOS ENVELOPES - REQUISITOS DO ART. 43, § 1º DA LEI N. 8.666/93 - NÃO VERIFICADO - ORDEM CONCEDIDA - SENTENÇA RATIFICADA . (...) **2. Abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão, conforme artigo 43, § 1º da Lei n. 8.666/93.** 3. Sentença ratificada. (TJ-MT 10021615620198110021 MT, Relator.: ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR, Data de Julgamento: 27/09/2022, Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 06/10/2022)

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE PUBLICIDADE AO ATO DE ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DOS CONCORRENTES. ILEGALIDADE CONFIGURADA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE PRECONIZADO NO ART. 3º DA LEI DE LICITAÇÕES. **1. Ao deixar de efetuar a divulgação de data, horário e local para abertura dos envelopes das propostas e**

para o julgamento do Certame Licitatório n. 091/2011, o impetrado, ora apelante, violou princípio norteador do processo licitatório e basilar da Administração Pública.

2. Inexistência de interesse ... (TJ-RS - REEX: 70050204205 RS, Relator.: João Barcelos de Souza Junior, Data de Julgamento: 03/10/2012, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/10/2012)

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÕES. ABERTURA DE ENVELOPES SEM A PRESENÇA DOS LICITANTES. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EM NOME DA EMPRESA. INOBSERVÂNCIA DE PRAZOS. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. **1. a abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público**, conforme disposto no art. 43, § 1º da Lei 8.666/93. (...) (TCU 00488320056, Relator.: RAIMUNDO CARREIRO, Data de Julgamento: 06/06/2007)

Portanto, ao deixar de intimar os participantes, a Administração Pública sobre a sessão pública de abertura de envelopes, **violou ela gravemente os princípios da publicidade, do contraditório e da isonomia**, previstos não apenas na Constituição Federal, mas também de forma expressa na Lei nº 14.133/2021. O vício, nesse cenário, **é insanável**, pois **não houve qualquer tentativa de sanar a omissão mediante comunicação posterior**.

A consequência inevitável é a **nulidade de todos os atos subsequentes**, inclusive do julgamento da proposta da Recorrente, que não pôde exercer seu direito de acompanhar a sessão e verificar a regularidade da abertura de seu envelope.

Não é demais mencionar que o TCE/PR, por meio do Acórdão nº 3150/24¹, decidiu pela procedência de uma representação formulada pelo Ministério Público, que apontou a utilização injustificada de licitações presenciais por uma prefeitura para a aquisição de bens e serviços comuns, em desvio às normas estabelecidas pela Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/21) e pelo Decreto Federal nº 10.024/2019. No julgamento, foi ressaltada a obrigatoriedade do uso de licitação eletrônica, salvo situações excepcionais devidamente

¹ Ementa: Representação. Município de Tijucas do Sul. Utilização injustificada de pregões presenciais para a aquisição de bens e serviços comuns. Obrigatoriedade de realizar licitações na modalidade pregão preferencialmente na forma eletrônica, bem como de justificar adequadamente a excepcional utilização da forma presencial, respeitada a vantagem para a administração pública e os princípios de regência. Jurisprudência. Consulta com força normativa. Necessidade de observância da nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/21). Na espécie, infração aos princípios da legalidade, da igualdade e da competitividade. Aplicação de multa administrativa majorada. Procedência da representação. Recomendação. Determinação. Monitoramento. Encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal de Tijucas do Sul.

justificadas. Ressaltando que o cumprimento da legislação afirma o compromisso com a eficiência e com a moralidade administrativa.

5. DA AUSÊNCIA DE ATA E DE GRAVAÇÃO DA SESSÃO DE ABERTURA – VIOLAÇÃO AO ART. 17, §§ 2º E 5º DA LEI 14.133/2021 E AOS PRINCÍPIOS DA FORMALIDADE, PUBLICIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA

O presente certame foi realizado sob a forma presencial, o que, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, só é admissível em caráter excepcional e mediante motivação expressa. Ainda assim, mesmo nessa hipótese, a lei impõe exigências específicas para assegurar a legalidade, transparência e controle do ato.

Conforme se constata dos autos, inexistem **ata da sessão de abertura dos envelopes**, assim como não há **qualquer gravação em áudio ou vídeo desse ato essencial do procedimento licitatório**.

Essa omissão conjunta representa grave violação aos princípios da publicidade, da formalidade, da segurança jurídica e da ampla defesa, comprometendo a legitimidade de todo o certame.

A ata é documento imprescindível para validar e conferir segurança jurídica a qualquer sessão de julgamento, especialmente em certames presenciais.

De acordo com o artigo 30 da Lei Federal nº 14.133/2021, todos os atos da licitação devem ser registrados e vinculados ao respectivo processo administrativo, assegurando-se o caráter público e o controle de legalidade do procedimento. A ausência de ata da sessão de abertura dos envelopes infringe esse preceito legal, impedindo a verificação dos atos praticados, a reconstituição dos fatos e a responsabilização em caso de irregularidades.

A ausência de ata **impossibilita a aferição da data e horário em que se deu a sessão, da composição da comissão no momento da abertura, da presença de representantes dos licitantes e de quaisquer manifestações relevantes que tenham ocorrido durante a reunião**. Além disso, impede o controle sobre o **conteúdo**

efetivamente analisado, inclusive quanto à verificação da documentação inserida nos envelopes.

Ademais, o § 2º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que, quando adotada a forma presencial, *"a sessão pública deve ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo"*. Mais enfaticamente, o § 5º do mesmo dispositivo determina que, *"na hipótese excepcional de licitação sob a forma presencial, a sessão pública de apresentação de propostas deverá ser gravada em áudio e vídeo, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento"*.

Ou seja, não se trata de faculdade da Administração, mas de **obrigação legal**. A ausência desses registros compromete não apenas a forma do ato, mas sua própria validade jurídica.

A inexistência de registro formal ou gravação compromete completamente a possibilidade de fiscalização dos atos, sobretudo em um caso como o presente, **em que a proposta técnica da Recorrente recebeu nota zero porque os documentos técnicos exigidos não constam do processo administrativo – como se não estivessem dentro do envelope entregue pela Recorrente.**

A Recorrente, todavia, **ora afirma categoricamente que inseriu todos os documentos técnicos exigidos no Envelope 1, sendo-lhe impossível, na ausência de ata e gravação, comprovar o equívoco da comissão ou reconstituir o ocorrido.**

A jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo é firme ao reconhecer a gravidade de situações dessa natureza. No Acórdão TC-004371.989.23-4, o TCE-SP expressamente consignou que a ausência de registro dos atos realizados na sessão pública de abertura dos envelopes compromete a higidez do procedimento e inviabiliza sua verificação posterior pelos licitantes e pelos órgãos de controle. No mesmo julgado, reconheceu-se como vício formal relevante a omissão de documentos que comprovassem a regularidade das etapas iniciais da licitação.

A inexistência de qualquer registro documental ou audiovisual do julgamento, além de violar a Lei nº 14.133/2021, coloca o licitante em situação de absoluta vulnerabilidade,

exigindo-lhe confiar integralmente na palavra da comissão julgadora, sem qualquer possibilidade de contradita ou verificação objetiva.

Trata-se de violação flagrante aos princípios da publicidade e do contraditório, cuja sanção é a nulidade do procedimento.

6. DAS CONSEQUÊNCIAS: PREJUÍZO CONCRETO E VIOLAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.

A sucessão dos vícios formais e materiais acima descritos compromete não apenas a validade do julgamento do Envelope 1, mas de todo o procedimento licitatório. O prejuízo concreto é evidente: a Recorrente teve sua proposta técnica atribuída com nota zero, sob a justificativa de ausência de documentos que efetivamente foram apresentados, mas que não constam no processo administrativo.

Sem ata, sem gravação, sem qualquer intimação ou ciência sobre a realização da sessão, tampouco qualquer registro minimamente formal do momento de abertura, não há elemento confiável que demonstre que os envelopes foram corretamente abertos e examinados. A ausência de publicidade do ato impede inclusive a reconstrução fática do que ocorreu durante a sessão, comprometendo a segurança jurídica e frustrando o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Não é possível presumir a veracidade de um ato administrativo realizado sem qualquer controle externo, principalmente quando praticado por agentes que não detêm fé pública e quando há alegações verossímeis de prejuízo relevante. Ao contrário, à luz dos princípios da transparência e da formalidade, a irregularidade e o prejuízo devem conduzir ao reconhecimento da nulidade.

MS CLÍNICA

7. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se a anulação do procedimento licitatório a partir da fase de abertura dos envelopes, com nova publicação do edital e reabertura do prazo para entrega de envelopes por todos os licitantes, em condições de plena publicidade, formalização e controle, inclusive com registro audiovisual obrigatório.

Por fim, requer-se a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, de forma a impedir a continuidade do certame até a decisão final acerca das nulidades apontadas, com fundamento no art. 164, inciso II, do Decreto nº 11.246/2022, ou nos princípios do devido processo legal e da autotutela administrativa.

Carapicuíba/SP, 30 de abril de 2025.

MS CLÍNICA MÉDICA LTDA.

MAURO SANCOVSKI

NATASCHA V. SCHMITT

OAB/PR 45.446

FABIOLA B. WAHRHAFTIG

OAB/PR 82.903


CAMILLA MARQUES FERREIRA

OAB/SP 337.542